

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Rio Grande do Norte



Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Rio Grande do Norte



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Rio Grande do Norte

Presidente: Marcelo Fernandes de Queiroz

Vice-presidentes: 1º – Gilberto de Andrade Costa, 2º – Luiz Antonio Bezerra Lacerda, 3º – Jair Urbano de Queiroz, 4º – Geraldo Paiva dos Santos Júnior, 5º – Hélder de Medeiros Araújo, 6º – Itamar Manso Maciel Júnior, 7º – Sergio Roberto de Medeiros Cirne, 8º – Edmilson Pereira de Assis, 9º – Antônio Francisco de Oliveira, 10º – Francisco de Assis Barbosa, 11º – Márcio de Oliveira Macêdo, 12º – Michelson Ximenes Formiga Frota

Secretários: 1º – Dijosete Veríssimo da Costa, 2º – Daltro Freire de Paiva

Tesoureiros: 1º – José de Oliveira Cabral Filho, 2º – Luzia Diva Cunha Dutra

Diretores Titulares: Elias de Azevedo da Cunha Filho, José de Anchieta Fernandes, Francisco Sales de Souza Neto, Orismar Carlos De Almeida, Francisco Severiano da Cunha, José Bezerra de Araújo, Renato Alexandre Maciel Gomes Netto, Tarcílio Vidal Filho, Schiavo Durval Fernandes Álvares, José Zenildo Dias Campos, Íldica Cecília Santos Vale, Venício Gama Pacheco, Lucineide Vieira de Santana Urbano Queiroz

Diretores Suplentes: José Carlos Lopes da Silva, Luiz Cláudio Domotor, Eraldo Eudes da Nóbrega Dantas, Luiz Evânio Nobre Lira, Augusto Gomes Dourado Neto, Albe Garcia de Oliveira, Ildefonso Dantas Ferreira Filho, Omar Nunes Freire, Francisco Aldenes Pinheiro, Pedro Ferreira da Silva Neto, Brunno Ricarte Firmino Barbosa

Membros Efetivos do Conselho Fiscal: Vicente de Paulo Avelino Sobrinho, Sérgio Roberto de Medeiros Freire, Francisco Ney da Cunha

Membros Suplentes do Conselho Fiscal: José de Paiva Torres, Dorian Bezerra de Sousa Morais, Marcos Augusto da Silva

Delegados Representantes Junto à CNC – Efetivos: Marcelo Fernandes de Queiroz, Luiz Antonio Bezerra Lacerda

Delegados Representantes Junto à CNC – Suplentes: Michelson Ximenes Formiga Frota, Itamar Manso Maciel Júnior

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-RN, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e Diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Rio Grande do Norte / Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte. – 2. ed. – Rio Grande do Norte : Fecomércio-RN, 2024.
34 p. : il. : color.

1. Gestão Pública. 2. Negócios 3. Infraestrutura 4. Tributos 5. Comércio 6. Turismo 7. Rio Grande do Norte I. Título.

CDD 351

Sumário

Apresentação.....	4
Somando esforços	5
Introdução	6
Caminho para o desenvolvimento.....	7
Ambiente de negócios	8
Segurança pública	9
Incentivar novos investimentos	9
Investir em promoção e divulgação do destino	10
Competitividade das empresas	10
Estímulo às vendas por meio do programa Nota Potiguar	11
Regulamentação da Lei Geral das MPes.....	12
Desburocratizar o licenciamento ambiental de projetos.....	12
Rediscutir a política de uso do gás natural no estado	13
Tributação.....	14
Novas faixas para os sublimites do Simples Nacional	15
Reduzir o ICMS sobre a energia elétrica das empresas do setor.....	15
Retomar e ampliar as políticas de incentivo fiscal para o setor de Comércio (Atacadista e Varejista)...	16
Infraestrutura	18
Duplicação da BR-304.....	19
Infraestrutura portuária	19
Requalificação, renovação e inovação dos nossos produtos turísticos.....	20
Estruturação dos principais polos comerciais do Estado	24
Atenção à nova gestão do Aeroporto Aluizio Alves	24
A privatização da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern).....	26
Regulação	28
A relação com os poderes financeiramente autônomos.....	29
Racionalização dos gastos públicos	29
Novas oportunidades de emprego	30
Turismo	32
Estratégias no Rio Grande do Norte.....	33
Políticas públicas e ações prioritárias de curto prazo	33



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Marcelo Fernandes de Queiroz

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac do Rio Grande do Norte



José
Roberto
Tadros



Marcelo
Fernandes
de Queiroz



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio no Rio Grande do Norte, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresariado local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 90.548 estabelecimentos, dos quais 33.875 são voltados para o Comércio, 35.245 para o segmento de Serviços e 4.962 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 1.674, e da Indústria, com 14.792 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 76,8%, assim distribuídos: Serviços, 59,7%; Comércio, 12,5%; e Turismo, 4,6%. A Agropecuária e a Indústria somaram 23,2% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenavist, Fecombustíveis, Fenacor, Feaduaneiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio
no estado**





Ambiente de negócios

Segurança pública

Contextualização:

Tema sempre recorrente nos pleitos que os setores de Comércio e Serviços levam aos governos, a segurança pública precisa estar constantemente na pauta. Por suas características (uma loja precisa ficar aberta e estimulando as pessoas a entrarem nela), nosso setor é particularmente vulnerável à ação de bandidos, assim como sente fortemente os impactos de um recolhimento eventual da população que, em um clima de insegurança, simplesmente não sai de casa.

Posicionamento:

Ressaltamos que garantir a segurança e a sensação dela é fundamental para que o comércio e os serviços possam trabalhar com tranquilidade. As principais cidades do estado já contam, inclusive, com boas redes de câmeras de monitoramento, muitas delas, inclusive, graças a parcerias com o setor privado, o que é algo positivo e pode ajudar no trabalho das forças de segurança. O setor também segue aberto a sugestões de parcerias que possam garantir essa tranquilidade que almejamos.

Incentivar novos investimentos

Contextualização:

O turismo no Rio Grande do Norte ainda enfrenta a competição acirrada por novos investimentos em várias áreas, e é notório que esses investimentos se direcionam para regiões mais atrativas. Enquanto aguardamos uma vigorosa retomada do segmento, sabemos do potencial cenário do estado para crescer, porque vamos muito além das oportunidades turísticas. Uma nova realidade se desenha a partir da aprovação do Plano Diretor de Natal e da regulamentação da Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que podem beneficiar diversos equipamentos.

Posicionamento:

Para transformar essa realidade, propomos algumas medidas estratégicas: incentivar a compra de equipamentos e insumos para hotéis, com redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS); eliminar a disparidade nas alíquotas do ICMS aplicadas na aquisição de veículos destinados ao setor turístico; implementar uma diminuição no ICMS sobre combustíveis destinados às empresas de turismo receptivo; e isentar os veículos utilizados para atividades turísticas (passeios, receptivos, etc.) da cobrança do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA).

Essas ações visam não apenas impulsionar o setor turístico, mas também criar condições mais favoráveis para o crescimento e desenvolvimento sustentável desse importante segmento.

Investir em promoção e divulgação do destino

Contextualização:

O Rio Grande do Norte é um estado com vocação turística reconhecida internacionalmente. Além de belezas naturais que permitem o turismo de sol e mar, contamos com oportunidades de turismo religioso, esportivo e de eventos. Tudo isso somado a uma ótima infraestrutura hoteleira, considerada uma das maiores do País. Isso faz com que o estado figure sempre entre os destinos mais procurados pelos turistas em diversas épocas do ano.

Posicionamento:

Para evitar a perda de competitividade para os estados concorrentes no Nordeste, é crucial aumentar significativamente os investimentos nas ações de promoção e divulgação do destino.

Competitividade das empresas

Contextualização:

Transformações significativas estão ocorrendo no cenário do varejo global, com uma clara tendência de concentração nas mãos dos grandes players. Esse fenômeno traz desafios notáveis, especialmente no âmbito da logística e da concorrência com o comércio eletrônico. É cada vez mais comum observar as grandes redes varejistas adaptando seus pontos de venda para que funcionem praticamente como pontos de retirada. Ou mesmo como mini “showrooms” para os produtos que comercializam. Uma prática recorrente é a utilização de galpões logísticos distribuídos globalmente para armazenar esses itens.

Posicionamento:

A questão em destaque demanda a atenção do governo devido às proporções de nossa economia e de nossos empreendimentos. A necessidade de ferramentas tributárias eficazes é crucial para evitar uma concorrência desleal entre grandes redes e varejistas locais. Muitas dessas redes se beneficiam de incentivos fiscais em estados vizinhos, onde mantêm seus galpões logísticos, também se aproveitam de aspectos específicos da legislação tributária nacional para internalizar produtos no Rio Grande do Norte em condições mais vantajosas do que as oferecidas pelos varejistas locais.

Embora algumas medidas paliativas já tenham sido implementadas pelo atual governo estadual, é imperativo abordar essa questão de forma mais abrangente. Essa abordagem definitiva visa assegurar a máxima proteção possível às empresas, dentro dos limites legais, evitando a fuga delas e a redução da atratividade para novos investimentos. Tais medidas visam, consequentemente, preservar o emprego e a renda.

+ Também é preciso olhar com atenção para as transformações surgidas com o comércio eletrônico. Isso é uma realidade da qual não podemos fugir, então é preciso achar maneiras de proteger o comércio local dos grandes concorrentes de fora. A Fecomércio-RN tem sido uma voz para defender os interesses dos empresários, colocando-se à disposição para discutir iniciativas que possam apoiar os empreendimentos potiguares dentro desse novo contexto.

Estímulo às vendas por meio do programa Nota Potiguar

Contextualização:

Instituído em meados de 2019, o Programa Nota Potiguar pode ser considerado um case de sucesso como estímulo à arrecadação de impostos estaduais. No entanto, ao nosso ver, ele carece de uma ampliação na sua vertente de ferramenta de estímulo às vendas (partindo do princípio de que o incremento de vendas redunde no incremento de arrecadação).

Posicionamento:

Dessa forma, sugerimos que sejam iniciados estudos para ampliar o modelo de “cashback”, implantado numa parceria-piloto em 2021, junto ao setor de restaurantes do estado, para todo o segmento de comércio e serviços. A ideia seria que os pontos acumulados pela população e por turistas no aplicativo Nota Potiguar pudessem ser trocados por vouchers a serem usados no comércio em geral. Vale ressaltar que pesquisas dos principais analistas de varejo apontam que, quando um consumidor vai a uma loja adquirir um item ao qual faz jus por meio de alguma ação promocional (bônus, cashbacks, premiações, etc.), em 65% das vezes, ele acaba comprando outros itens na loja. Isso reforça o sentimento da assertividade de uma iniciativa como essa. A Fecomércio está plenamente à disposição para ajudar na operacionalização do projeto para que ele seja efetivo nos seus objetivos.

Regulamentação da Lei Geral das MPEs

Contextualização:

O Brasil tem se notabilizado como um país de insegurança jurídica e, por consequência, como ambiente instável para manutenção e atração de investimentos, em especial os que não buscam especular em função do risco.

Posicionamento:

Ainda na esteira do suporte aos micros e pequenos empreendimentos, se faz urgente a aceleração para a efetivação da regulamentação da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte, um arcabouço legal aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado em outubro de 2020, que prevê, entre outras coisas, um conjunto de medidas que desburocratiza e simplifica o dia a dia dessas empresas, elevando substancialmente sua competitividade. Mas que ainda carece de alguns detalhes para passar a surtir seus efeitos de maneira plena.

Desburocratizar o licenciamento ambiental de projetos

Contextualização:

Um dos nossos grandes desafios é a retomada de investimentos que gerem novos negócios e, com eles, mais ocupação e renda. Isso pode ser feito por empresários locais ou por aqueles que vêm de fora do estado ou do País. No entanto, esbarramos, sempre, na insegurança jurídica e na burocracia quanto ao licenciamento ambiental. Esse item nos é muito custoso, pois o estado deixa de receber vultosos investimentos tendo em vista as dificuldades para licenciar novos empreendimentos.

Posicionamento:

No Rio Grande do Norte, essa é uma tarefa hercúlea, pois nos falta diretriz, objetividade e busca por solução. Há setores da administração do estado e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema) que simplesmente não aceitam a implantação de empreendimentos em zonas litorâneas e, para isso, criam imensas dificuldades, afugentando investidores e investimentos de que tanto precisamos. É preciso mudar as mentes e as atitudes.

Rediscutir a política de uso do gás natural no estado

Contextualização:

Com a política de preços da Petrobras que tem majorado, o gás natural e o Gás Natural Veicular (GNV) têm perdido a sua competitividade. Por outro lado, esse combustível se enquadra em outra vertente da energia verde, uma tendência mundial na qual o Rio Grande do Norte deve estar cada vez mais inserido.

Posicionamento:

Consideramos necessário rediscutir a política de uso do gás natural no estado, sendo criado um programa da Companhia Potiguar de Gás (Potigás) que mantenha os níveis desse combustível adequados. O Rio Grande do Norte, por exemplo, é um dos poucos estados onde o setor turístico não é beneficiado para o uso desse combustível para aquecimento, nem mesmo em suas cozinhas. Desse modo, restaurantes, bares, hotéis e similares poderiam aproveitar essa fonte abundante no estado para reduzir seus custos fixos.



Tributação

Novas faixas para os sublimites do Simples Nacional

Contextualização:

O Rio Grande do Norte tem, de acordo com dados relativos a maio de 2022, 204 mil empreendimentos optantes do Simples. Essas empresas são as que mais empregam e geram renda no Estado (são 600 mil pessoas com renda advinda desses empreendimentos), além de estarem, há pelos menos 12 meses (anteriores a maio de 2022), liderando, com folga, a lista dos maiores responsáveis pela abertura de novas vagas de emprego formal no Rio Grande do Norte. O regime diferenciado de tributação tem seus limites nacionais, mas cada estado pode aprovar, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o seu subteto. Atualmente, no Rio Grande do Norte, o subteto é igual ao teto nacional: R\$ 3,6 milhões por ano.

Posicionamento:

Esse teto, excessivamente baixo, tem levado algumas empresas a pedir sua exclusão do regime porque, quando contabilizam os custos de manterem seus faturamentos abaixo desse número e a redução de carga que efetivamente têm por estar no Simples, elas acabam enxergando prejuízos. Além disso, na prática, ao sair do Simples, essas empresas acabam pagando efetivamente menos impostos (embora percam algumas outras condições diferenciadas que o regime oferece). Ou seja: perdem as empresas e perde o Estado.

Reduzir o ICMS sobre a energia elétrica das empresas do setor

Contextualização:

Estava em vigor no Rio Grande do Norte, desde 2020, um decreto do governo estadual que reduzia de 25% para 12% a alíquota do ICMS sobre a energia elétrica consumida por hotéis, pousadas e afins. Com vencimento previsto para dezembro de 2022, o decreto foi renovado para 2023, mas não entrou em vigor em 2024. Diante da importância do setor de turismo, que se destaca por sua capilaridade, capacidade de geração de ocupação e renda, bem como pelo impacto significativo na economia potiguar, é imperativo considerar tanto a manutenção desse benefício quanto a sua expansão a outros segmentos do turismo.

Posicionamento:

Propõe-se analisar a viabilidade de estender o benefício, preferencialmente por tempo indeterminado, a setores como bares, restaurantes, empresas de receptivo, espaços de eventos e atrações turísticas em geral. Atualmente, a arrecadação mensal de ICMS sobre energia elétrica no Rio Grande do Norte atinge, em média, cerca de R\$ 75 milhões, representando 12% do total arrecadado.

É importante destacar que o consumo dos estabelecimentos relacionados ao turismo representa menos de 5% dos 12% mencionados. Vale ressaltar, também, que, em vez de uma isenção, está prevista uma redução na alíquota, o que sugere um impacto consideravelmente menor na arrecadação em comparação aos benefícios para a economia. Em contraponto, os hotéis, que consomem significativamente mais energia, receberão um benefício com custo estimado de R\$ 4 milhões por ano, conforme informado pelo governo ainda em 2022.

A extensão desse benefício às outras empresas do segmento é estimada em cerca de R\$ 5 milhões por ano. A evolução e o monitoramento do retorno dessas isenções, refletidas no aumento indireto da arrecadação, levantam a possibilidade de considerar a extensão do benefício a certos segmentos e portes do comércio.

Retomar e ampliar as políticas de incentivo fiscal para o setor de Comércio (Atacadista e Varejista)

Contextualização:

Até 2023, o setor de Comércio Atacadista e Varejista contava com uma série de incentivos fiscais importantes para garantir a competitividade e sobrevivência do segmento. Esses benefícios vinham sendo renovados a cada ano, porém, para 2024, eles foram retirados sob a alegação de que, com a Reforma Tributária – aprovada e regulamentada no Congresso – este incentivo seria substituído de qualquer forma por meio da implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Posicionamento:

A Reforma Tributária é um importante instrumento para tornar mais justa a arrecadação de impostos no Brasil, corrigindo uma série de distorções. Mas, aprovada por deputados federais e senadores, a reforma ainda carece de uma série de regulamentações que ainda serão realizadas ao longo do primeiro semestre de 2024. Além disso, ela só deve ser completamente implantada em 2030, um tempo longo demais para que os empreendimentos do setor Atacadista e Varejista do Rio Grande do Norte esperem. Por isso, defendemos que os incentivos para estes segmentos sejam novamente conversados e negociados, em um novo contexto, até que tudo esteja regulamentado e implantado.



Infraestructura

Duplicação da BR-304

Contextualização:

Uma das vias mais importantes do estado, caminho para algumas das mais importantes cidades potiguares e, ainda, ligação direta com o vizinho estado do Ceará, a BR-304 tem um fluxo diário estimado em 75 mil veículos ao longo dos seus 349 quilômetros, considerando o trecho até Aracati-CE, ou 259 quilômetros, se considerarmos o trecho da Reta Tabajara, no município de Macaíba-RN (entroncamento com a BR-226) até Mossoró-RN.

Atualmente, uma viagem Natal-Mossoró pode levar até quatro horas em virtude do tráfego de veículos, sobretudo caminhões e até mesmo carretas transportando partes de torres eólicas. Além disso, a pista simples eleva em muito o risco de acidentes fatais, com colisões frontais entre veículos sendo cada vez mais comuns ao longo da via.

Posicionamento:

Através da duplicação da BR-304, estima-se que se permitirá fazer a viagem Natal-Mossoró em 2h30, uma redução de nada menos que quase 38% em relação ao tempo atualmente necessário para cumprir o trajeto, melhorando a logística dentro do Estado e também no transporte para o estado vizinho, o Ceará.

Além disso, com a duplicação, seria natural que a BR-304 herdasse parte do tráfego que hoje se divide em estradas estaduais entre as regiões Central e do Seridó potiguar, ampliando as possibilidades de negócios às suas margens e contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de cidades como Santa Maria, Riachuelo, Caiçara do Rio do Vento, Cachoeira do Sapo, Lajes, Angicos e até mesmo Assú.

Infraestrutura portuária

Contextualização:

Com um porto, em Natal, vivendo um momento de declínio sem precedentes, notadamente em virtude de uma série de limitações estruturais que lhe são peculiares, o Rio Grande do Norte precisa, urgentemente, de uma nova, maior e mais moderna estrutura portuária. Segundo estudos e análise mais recentes, o melhor local para abrigar essa estrutura – que seria um Porto Indústria-Multipropósito Offshore do Rio Grande do Norte – está no litoral norte potiguar, entre os municípios de Caiçara do Norte e São Bento do Norte, a cerca de 160 quilômetros de Natal. Outras áreas nos municípios de Porto do Mangue, Touros e Natal também foram cogitadas, mas a definição levou em conta a viabilidade técnica, ambiental e também econômica das regiões. O empreendimento é necessário também para a exploração da energia eólica offshore (no mar) e a exportação de outros produtos, como o Hidrogênio Verde (H2V).

Posicionamento:

Para viabilizá-lo, o estado está em busca de investimentos de R\$ 6 bilhões para a implantação do empreendimento sem oferecer um fundo garantidor às empresas interessadas em operá-lo.

O Governo do Rio Grande do Norte já assinou protocolos de intenções com algumas empresas interessadas em investir no desenvolvimento do porto, como é o caso das chinesas Spic e CCCC, e da dinamarquesa Vestas.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado, para a construção desse novo porto, será necessária uma retroárea de 13 mil hectares, de modo a trazer o menor impacto possível ao meio ambiente e que não necessite desapropriar áreas, processo que costuma demandar tempo.

Requalificação, renovação e inovação dos nossos produtos turísticos

Ainda temos bons produtos turísticos no estado, mas eles precisam ser alvo de novas formas de gestão e requalificados para que rendam 100% do que podem como ferramenta de atração e retenção de visitantes. O que sugerimos fazer inicialmente em cada um deles:

Via Costeira de Natal

Contextualização:

A revitalização da Via Costeira é uma necessidade urgente. A proposta de integração entre o Parque das Dunas e o Parque da Via Costeira é uma solução promissora, e sugerimos a criação de uma ciclovia e trilhas suspensas para conectar o Bosque dos Namorados à Via Costeira. A ideia inclui a implementação de calçadões e ciclovias entre a Praia de Areia Preta e Ponta Negra, ao lado do parque.

Para garantir o sucesso desse projeto, é fundamental desenvolver iniciativas em parceria com a Prefeitura de Natal e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O objetivo é buscar uma destinação arrojada que amplie o acesso à Via Costeira, inserida na Área Especial de Interesse Turístico e Paisagístico 2 (AEITP-2), favorecendo o turismo e o lazer tanto para os residentes quanto para os visitantes.

Posicionamento:

Para possibilitar esses desmembramentos, sugerimos as seguintes ações: cassação de todas as concessões dos terrenos nos quais não foram feitas construções; e licitação precedida de um zoneamento dessas áreas não ocupadas, que passariam a ficar disponíveis para construção de novos meios de hospedagem, equipamentos turísticos, restaurantes, bares e outros empreendimentos.

É importante, ainda, viabilizar a autorização para um projeto de alargamento, em 100 metros, da Via Costeira em toda a sua extensão, incorporando, para isso, o equivalente a menos de 4% da área do Parque das Dunas. Esse alargamento irá permitir a diminuição do expressivo volume de acidentes de trânsito na área, inclusive com o registro de diversas mortes; redefinir o traçado, criando novas calçadas e ciclovia, integrando novos modais de mobilidade; e licitar um número expressivo de pequenos lotes que se destinariam à construção de mirantes, áreas de esporte/lazer, equipamentos turísticos, equipamentos públicos, restaurantes e bares, gerando emprego e renda e contribuindo para a redução do desequilíbrio social e um significativo aumento de arrecadação aos cofres públicos.

Com relação às mudanças que serão apresentadas na nova legislação da AEITP-2, o governo do estado e a Prefeitura de Natal, contando também com investimento federal, visam revitalizar toda a área adjacente à Via Costeira, a partir de limites da AEITP-3, e promover mudanças no uso do solo da área.

Com mudanças no Plano de Manejo do Parque das Dunas, possibilitar abertura de novas trilhas e nova entrada do parque, a partir da Via Costeira.

Construção de um túnel a partir das Avenidas Nevaldo Rocha, Antônio Basílio ou Amintas Barros (com extensões que, a depender do ponto de partida, variam de 1,2 a 1,7 quilômetro) para desafogar todo o tráfego das Zonas Leste e Oeste e, também, criar uma ligação mais direta de grande parte da cidade com a nova Via Costeira.

Concessão de serviços de apoio à visitação, compartilhando o planejamento e a gestão do Parque das Dunas com instituições especializadas que tenham a defesa do meio ambiente como um de seus objetivos estatutários, a exemplo do que acontece com o Parque Nacional das Cataratas, o Parque Nacional da Ilha de Fernando de Noronha e o Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu.

Parque da Avenida Engenheiro Roberto Freire

Posicionamento:

Sugerimos a concepção de um projeto de parque horizontal para convivência dos natalenses com os turistas na marginal norte da Avenida Engenheiro Roberto Freire, do trecho que compreende a rotatória da Via Costeira até onde se encontra a loja da Comjol da Avenida Roberto Freire. Esse parque complementaria o calçadão e a ciclovia da Via Costeira, com equipamentos de contemplação, atividades físicas e culturais.

Lagoas de Nísia Floresta

Posicionamento:

Trata-se de uma zona que muito pode contribuir não só para o lazer da população local, mas também como atrativo turístico. Daí se faz necessária a execução do projeto de urbanização do complexo de lagoas do município de Nísia Floresta para dotá-las de controle e estrutura turística, além de melhorar seus acessos, desde Natal até a BR-101, projeto esse já concebido, e que se encontra inserido no Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur) – Secretaria de Estado do Turismo (Setur).

Morro do Careca

Posicionamento:

Maior símbolo da praia de Ponta Negra, o Morro do Careca precisa ser aproveitado de maneira efetiva. Para tanto, sugerimos a implantação de um mirante ecológico, de onde os turistas e natalenses poderiam apreciar o mais belo pôr do sol da cidade. Sugerimos um concurso público internacional para a concepção do projeto, e a iniciativa privada, em sistema de concessão pública, seria a responsável pelo investimento estrutural. Com isso, teremos um produto diferenciado, que atrairá milhares de turistas para a cidade.

Para não estender uma eventual discussão sobre se tal intervenção seria ou não possível do ponto de vista ambiental, seguiríamos os principais exemplos nacionais de utilização da natureza em benefício do turismo, tais quais os projetos de concessão dos parques nacionais de Fernando de Noronha e Foz do Iguaçu, onde foi mantido o rígido controle dos órgãos ambientais, conjugando o desenvolvimento turístico com a preservação do meio ambiente.

Turismo cultural

Posicionamento:

Sugerimos a efetiva entrada em funcionamento do Museu da Rampa; a revitalização do Centro Histórico de Natal e de locais do interior do estado com apelo para tal; e a implantação da Rota da Segunda Guerra, projeto já elaborado e apresentado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae-RN).

Concessões de espaços públicos de interesse turístico à iniciativa privada

Posicionamento:

Destacamos a urgência de conceder à iniciativa privada a gestão dos seguintes equipamentos: Centro de Convenções, Maior Cajueiro do Mundo, Museu da Rampa e Fortaleza dos Reis Magos. Essa medida visa dotar esses espaços de administrações mais modernas, ágeis e focadas em resultados operacionais. A concessão deve ser realizada o quanto antes, e graças à aprovação da Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), regulamentada pelo estado no fim de 2023, se trata de uma iniciativa possível.

O governo já assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a área de saneamento (que beneficiará a Caern) e sinalizou, no início de 2024, a intenção de ampliar a parceria com o banco para outros desses empreendimentos turísticos citados. Esperamos que esses projetos saiam do papel, e que o trade turístico e outros atores envolvidos sejam ouvidos ao longo do processo para garantir a viabilidade dos empreendimentos.

Ações transversais

Posicionamento:

Promover, estimular e incentivar os novos tipos de turismo no estado, como o serrano (construção de acessos nas serras do Seridó e na região Agreste); o religioso (melhorar a infraestrutura em Santa Cruz, Mossoró, Caicó e Currais Novos para esse tipo de turismo, por exemplo); e histórico, esportivo e cultural (destinos com vocação para esportes, como kitesurf e rapel, ou, ainda, com festejos consolidados, como o São João; além de pontos como o Lajedo de Soledade, em Apodi).

Investir na melhoria da malha viária pelo interior do estado, ampliando e recuperando acessos, além de construir aqueles que ainda não existem, facilitando a chegada do público aos destinos com potencial turístico.

Abrir tratativas com as Forças Armadas de modo que rotas, roteiros e equipamentos turísticos, cujas implantações ou otimização da exploração dependam delas possam ser efetivamente utilizadas como diferenciais do estado.

Abrir um debate para inclusão de novos representantes do setor privado na composição do Conselho Gestor do Parque Estadual Dunas do Natal “Jornalista Luiz Maria Alves”, criado por meio da Portaria no 120/2014, em outubro de 2014, e que, atualmente, tem em sua composição apenas uma entidade representativa do segmento privado do turismo potiguar.

Promover um amplo programa de recuperação das estruturas dos aeródromos do estado que, abandonados e com pistas esburacadas, começam a perder o seu potencial de uso como instrumento de promoção de um tipo de turismo relevante.

Estruturação dos principais polos comerciais do Estado

Contextualização:

O Rio Grande do Norte tem alguns polos tradicionais de comércio de produtos e serviços. Em Natal, por exemplo, temos o Alecrim, o Centro da Cidade, Petrópolis, Ribeira e alguns pontos da zona Norte. Nas maiores cidades do interior também temos esses polos.

Posicionamento:

O Governo do Estado, em parceria com a Fecomércio e com as prefeituras, pode iniciar um trabalho de estruturação desses polos. Oferta de serviços públicos com maior regularidade, sinalização diferenciada (vertical e horizontal), estruturação de espaços de convívio, estacionamentos, entre outras ações, precisam ser desenvolvidos com urgência, em parceria com as prefeituras e pensados para que esses polos possam ser alavancados e/ou reavivados, levando as pessoas a frequentá-los com maior assiduidade. Mais uma vez a Fecomércio está à disposição para ser parceira nesta ação, tendo, inclusive, já algumas medidas em curso nesse sentido.

Atenção à nova gestão do Aeroporto Aluizio Alves

Contextualização:

Inaugurado em junho de 2014, o Aeroporto Internacional Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, surgiu como grande oportunidade de redenção para o nosso turismo, sobretudo no que diz respeito ao turismo internacional. Com uma superestrutura, pronta para receber seis milhões de passageiros por ano e, ainda, planos de expansão que podem adequá-lo a receber até três vezes esse fluxo, o terminal ainda tinha a intenção de sediar hubs aéreos e fazer do Rio Grande do Norte um dos principais pontos de interseção da malha aérea brasileira, tanto para rotas internas quanto para externas.

Infelizmente, ao longo dos anos, a euforia deu lugar a uma enorme sequência de frustrações. Perdemos a disputa por dois hubs importantíssimos do mercado interno (das companhias aéreas Azul e Gol), e o hub da companhia aérea Latam – parceira no terminal de Brasília, da mesma Inframerica, antiga administradora do nosso aeroporto – até chegou a ser prometido para o Rio Grande do Norte, mas jamais saiu do papel. E dificilmente sairá a curto e médio prazos. Tivemos ainda uma promessa, igualmente não concretizada, de sediar no nosso terminal um hub logístico dos Correios.

Com isso, vimos nossos vizinhos se distanciarem ainda mais como pontos de interseção aérea e, oito anos depois da sua efusiva inauguração, continuamos com um terminal subutilizado.

Em março de 2020, mais um golpe que prejudicou o projeto do aeroporto: a Inframerica formalizou a Agência Nacional de Aviação Civil a sua intenção de devolver o equipamento à União. Mais de dois anos depois, o processo de efetiva devolução seguia se arrastando, e a operadora já alegava prejuízos acumulados na ordem de R\$ 1,1 bilhão (números de abril de 2022).

Porém, em maio do ano passado, ganhamos nova esperança com a relicitação, cujo leilão foi vencido pela Zurich Airport com uma oferta de R\$ 320 milhões, ágio de 41% sobre o lance inicial. Em dezembro de 2023, a Anac pagou uma indenização de quase R\$ 200 milhões à Inframérica, e iniciamos 2024 com a autorização para que a nova administradora comece a operar em fevereiro deste ano.

Posicionamento:

Responsável pela administração do terminal aéreo pelos próximos 30 anos, a Zurich terá grandes desafios pela frente, com investimentos estimados em pelo menos R\$ 308,9 milhões no ativo, a fim de elevar os níveis de segurança operacional, de competitividade e de serviços prestados aos usuários, com a consequente ampliação da malha aérea, com reflexos positivos no fluxo de passageiros e cargas, tanto nacional quanto internacional.

Esperamos que o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante possa superar esses obstáculos, resolvendo problemas como a deterioração da infraestrutura e alcançando tarifas mais competitivas para Natal, que é um destino até 25% mais caro que capitais vizinhas, ao ser partir de estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e do Distrito Federal.

Como entidade representativa do segmento, a Fecomércio-RN está à disposição para apoiar com sugestões e ações, como, por exemplo, prospecção de novos voos usando instrumentos como isenções ou reduções das taxas aeroportuárias que as companhias aéreas pagam; participação com investimentos na promoção turística do Rio Grande do Norte; uso dos espaços publicitários ociosos dos aeroportos que eles administram, visando impactar com imagens e ações do estado; promover fóruns e debates com os entes turísticos locais; e trabalhar isenção de taxas aeroportuárias para as empresas em caso de voos charters.

A privatização da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern)

Contextualização:

A questão da privatização da Caern precisa estar no radar do governo. A empresa chega a perder até 65% da água tratada que distribui por operar com uma rede de tubos depreciada, precisando também ser mais efetiva na fiscalização das ligações clandestinas. Outro fato que chama a atenção no contexto da gestão da companhia é a necessidade de ser mais ágil em suas ações. Não é incomum termos notícias que envolvam o transbordamento de lagoas de estabilização, resultando em prejuízos para a população.

Em dezembro de 2023, o governo regulamentou finalmente a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), abrindo novos caminhos para a Caern. Recentemente, o estado assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contrato para estudos das primeiras PPPs do estado, e expectativa é de que haja R\$ 32 milhões em investimentos voltados para obras de saneamento da Caern.

Posicionamento:

Vale ressaltar que, com os recursos eventualmente captados no processo de privatização, o governo poderá sanar, de maneira célere e definitiva, alguns de seus graves problemas financeiros. Com relação ao contrato relacionado às PPPs, acreditamos ser um passo importante, mas sozinhas essas parcerias não irão atender a todos os tópicos que vislumbramos com uma privatização.





Regulação

A relação com os poderes financeiramente autônomos

Contextualização:

A Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública têm, repetidas vezes, encerrado seus exercícios fiscais com sobras orçamentárias que nunca foram devolvidas ao Executivo.

Posicionamento:

Diante dessa realidade, percebe-se a urgência de debater e colocar em prática uma reforma administrativa ampla, além de rediscutir a relação com o poder público, que parece viver uma realidade financeira totalmente descolada do restante do estado. Negociar a devolução, pelo menos parcial, de suas sobras orçamentárias seria um bom começo. É imprescindível a contribuição desses poderes ao necessário equilíbrio fiscal do estado.

Racionalização dos gastos públicos

Contextualização:

A primeira grande reflexão que propomos é sobre o tamanho do estado, notadamente da chamada máquina pública e sua sustentabilidade. Um dos pontos é o rendimento médio mensal dos servidores públicos, que, de uma maneira geral, é quase 50% maior do que o dos demais trabalhadores do estado. Em alguns casos, há poderes autônomos que pagam vencimentos médios que equivalem a quase dez vezes o rendimento médio do trabalhador potiguar em geral. Esses poderes autônomos, aliás, têm protagonizado reajustes de benefícios que deixam no ar a impressão de que eles poderiam ter sido evitados.

Posicionamento:

Não se trata aqui de discutir se o salário do servidor público é justo ou não, e sim de saber se o Estado do Rio Grande do Norte tem condições de continuar bancando esses salários e esses benefícios. Segundo dados do Portal da Transparência, o custeio da folha de pagamento consome hoje quase 60% de todas as receitas do estado, percentual que se aproxima dos 90% quando retiramos dessas receitas as despesas obrigatórias, como os repasses aos municípios e as verbas destinadas por lei para a saúde e a educação, assim como os repasses aos poderes autônomos.



Em que pese a relevância de manter em dia os pagamentos desses salários, uma vez que eles representam enorme e potente motor de consumo no nosso estado, é primaz que o governo se debruce sobre essa questão e promova um amplo debate sobre o tamanho do estado que a sociedade efetivamente consegue custear. Somente assim será possível ampliar o potencial de investimentos do poder público, que é, por essência, alavancador de aportes privados que, por sua vez, teriam o poder de dar à massa de rendimentos do Rio Grande do Norte um viés menos estatal, mais justo e universal.

Novas oportunidades de emprego

Contextualização:

O Rio Grande do Norte tem, atualmente, 580 mil pessoas recebendo mensalmente o Bolsa Família (programa de transferência de renda do governo federal), um número maior do que o de pessoas com carteira de trabalho assinada no estado. O primeiro grupo tem renda mensal individual de R\$ 400 em média, e no segundo grupo o rendimento mensal individual médio é de R\$ 1.872.

Posicionamento:

Fica claro que um caminho eficiente e eficaz para mudar essa realidade é gerar novas oportunidades de emprego e renda no mercado de trabalho, reduzindo a parcela que é dependente do auxílio estatal (menor) e aumentando o estrato daqueles que trabalham com carteira assinada. O estímulo a essa criação de vagas passa por investimentos em infraestrutura, desburocratização e suporte aos empreendedores.





Turismo

Estratégias no Rio Grande do Norte

- Sistema de gestão do turismo público e privado, em âmbitos estadual, regional e municipal, articulado, para que haja um desenvolvimento efetivo.
- Produção e disponibilização de dados, informações e conhecimento para melhorar a gestão do turismo e a experiência do turista.
- Acesso à internet nos equipamentos, atrativos e rotas turísticas.
- Plataformas de diálogo com o trade para inovar a oferta turística no estado e apoiar a comercialização turística.
- Turismo sustentável desenvolvido em seus aspectos naturais, culturais, econômicos e sociais.
- Investimento em infraestrutura de acesso aos principais destinos turísticos do estado.
- Regulamentação do uso dos espaços de interesse turístico.

Políticas públicas e ações prioritárias de curto prazo

Governança

- Incentivar e monitorar os conselhos municipais para que sejam mais atuantes.
- Incentivar e monitorar as instâncias de governança regionais.

Tecnologia

- Estabelecer diálogo e/ou buscar possibilidades regulamentares para que as empresas de telecomunicações melhorem a cobertura e a qualidade dos sistemas de comunicação, em especial de internet, universalizando o serviço de wi-fi em atrativos e equipamentos turísticos públicos.

Sustentabilidade

- Desenvolver políticas que estimulem a economia criativa, solidária e colaborativa, o associativismo e o cooperativismo, fomentando arranjos produtivos e tornando a cadeia produtiva do turismo economicamente sustentável.
- Implantar políticas que fomentem a preservação e a valorização dos patrimônios culturais do estado, materiais e imateriais, permitindo incluir comunidades tradicionais na atividade turística.

- Estimular práticas ambientais sustentáveis, conciliando a atividade turística com a preservação dos recursos naturais do estado, inclusive com a estruturação de unidades de conservação e parques para visitação.

Acesso e acessibilidade

- Gerar investimentos para a infraestrutura de acesso no estado, por meio de programas que facilitem o acesso dos turistas aos principais destinos turísticos.
- Articular, com os órgãos regulamentadores do setor aéreo e com o setor privado, a ampliação da malha aérea para os principais destinos.
- Gerar investimentos na estrutura de portos e terminais fluviais e/ou marítimos visando a melhorias na estrutura de serviços, além da implantação de novos equipamentos que facilitem a operação de navios de cruzeiro e outras embarcações.
- Criar um programa de parceria público-privada para concessão e operação de equipamentos turísticos públicos.



